

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.892 - PR (2019/0000770-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : AFACH COMERCIO DE FORROS E FACHADAS DE ALUMINIO LTDA
ADVOGADO : MARISTELA ANTONIA DA SILVA E OUTRO(S) - PR084691
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CDA REGULAR. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. NULIDADE DA CDA. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO.

1. Não há previsão legal que imponha ao credor a obrigação de juntar com a certidão de dívida ativa a cópia do processo administrativo.
2. Não há nulidade na CDA que atende aos requisitos previstos no art. 202, I a IV e parágrafo único, do CTN, e no § 5º do art. 2º da LEF.
3. O crédito exequendo foi constituído mediante declaração do próprio contribuinte, a qual, inclusive, dispensa o lançamento, nos termos da Súmula 436 do STJ: "A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco".
4. Decadência e prescrição não reconhecidas.

No recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, "a" e "c" da Constituição Federal, o agravante afirma que fora violado os arts: 2º da Lei 6.830/80, 174 do CTN. Sustenta, em síntese, que houve a prescrição total dos débitos.

O recurso foi inadmitido pela decisão às fls. 73/74, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ que dispõe in verbis: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Tribunal decidiu que:

No caso, a CDA preenche todos requisitos do art. 202 do CTN, repetidos

no art. 2º, §5º, da LEF.

Cumpre salientar que o crédito exequendo foi constituído mediante declaração do próprio contribuinte, a qual, inclusive, dispensa o lançamento, nos termos da Súmula 436 do STJ: "A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco".

[...]

No caso, a constituição do crédito tributário ocorreu por meio de declaração do contribuinte, o que dispensa outra providência da autoridade fiscal quanto ao lançamento do tributo.

Por outro lado, sabe-se que os prazos de decadência e prescrição, nos termos dos arts. 173 e 174 do CTN, são contados, respectivamente, da data do vencimento até a data da constituição do crédito tributário e dessa data até a causa interruptiva definida pelo despacho que determinou a citação.

Contudo, não consta dos autos a data da entrega das declarações, nem a autoridade fiscal foi intimada a se manifestar sobre eventuais causas de interrupção e suspensão do prazo prescricional. Assim, inviável reconhecer-se a decadência e a prescrição, principalmente em sede de efeito suspensivo. (grifo nosso)

Valendo-me do trecho acima, percebe-se que o Tribunal decidiu que a CDA possui todos os requisitos estabelecidos pela lei e que não consta dos autos dados que demonstrem a prescrição dos créditos, já que não existem, nos autos, a data da entrega das declarações e nem a autoridade fiscal foi intimada a se manifestar sobre eventuais causas de interrupção e suspensão do prazo prescricional. Sem esses dados é inviável reconhecer a decadência ou prescrição. Acontece que tudo o foi fixado pela instância originária está encampado no conjunto fático-probatório dos autos e modificar esse entendimento encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Para corroborar com esse entendimento:

(...) 6. Assim, com relação à prescrição, esclareça-se que para acolher a tese da recorrente é necessário o reexame dos fatos, o que encontra o óbice da Súmula 7/STJ. A propósito: AgRg no AREsp 391.312/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 27/2/2014. Recurso Especial do Moacir Moser. (...). (STJ. REsp 1664064/RS, Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julg. em 13/06/2017, DJe 20/06/2017)".

(...) 2. A alteração do entendimento firmado no aresto impugnado - acerca do termo inicial da prescrição e da sua consequente consumação - só seria possível mediante o revolvimento do acervo fático-probatório do respectivo processo, providência vedada nesta instância extraordinária em decorrência do disposto na Súmula 7 do STJ, não sendo o caso de reavaliação da prova. (...). (STJ. AgInt no AREsp 1024038/PR, Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, T., julg. em 13/06/17, DJe 22/06/2017).

(...) II. A Primeira Seção do STJ, sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou orientação no sentido de que "a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 7/STJ (STJ, REsp 1.102.431/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, ale de

01/02/2010).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

